

17

2017

Revista
de História
da Sociedade
e da
Cultura

CENTRO DE HISTÓRIA
DA SOCIEDADE E DA CULTURA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Moliner Prada, Antonio (2016). *Episcopado y Secularización en la España del siglo XIX*. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona, 211pp., ISBN 978-84-490-4487-9.

Este livro permite-nos conhecer a leitura que os bispos espanhóis, ao longo do século XIX, iam fazendo das alterações comportamentais verificadas nas suas dioceses, em consonância com o processo de secularização resultante do avanço das doutrinas liberais. O seu autor, professor titular da Universitat Autònoma de Barcelona, com uma importante obra incidindo sobre temas de História Contemporânea, conhece bem os conflitos e as tensões que se foram gerando no interior do campo católico em Espanha, frente ao ímpeto de ideias que, exaltando a liberdade (com particular ênfase para a liberdade de consciência) punham em causa a tradicional aliança entre Trono e Altar. Dos muitos livros publicados anteriormente por Moliner Prada destaco *Felix Sardà i Salvany y el integrismo en la Restauración*, editado em Barcelona em 2000, onde analisa a corrente católica integrista em torno do pensamento e da acção do padre e publicista Felix S. (1841 – 1916), autor, entre muitos outros textos, do polémico opúsculo *El Liberalismo es pecado* que, ainda no seu tempo, foi traduzido em diversas línguas, entre as quais a língua portuguesa.

Quanto ao estudo em causa – *Episcopado y Secularización ...* - Moliner Prada utiliza como fontes essenciais os relatórios que os bispos diocesanos entregavam na Santa Sé por ocasião das deslocações periódicas que faziam a Roma, em visita ao Papa. Quando não era possível realizar a visita – o que acontecia frequentemente -, a entrega do relatório era efectuada por um procurador devidamente credenciado. O autor não se limita a apontar sínteses dos relatórios, vai acompanhando o processo evolutivo da secularização, quase imperceptível nos séculos anteriores à Revolução Francesa, essa revolução que ocupa um lugar central no percurso de emancipação da sociedade civil frente à Igreja Católica, impulsionando os anseios de liberdade, sentidos especialmente nos diversos países de maioria católica. Compreende-se, por isso, que a França seja a grande referência na obra em análise.

A Igreja não estava preparada para o combate. O autor mostra-nos um clero tradicionalista, incapaz de elevar espiritualmente o conjunto de fiéis que, na sua maioria, se limitavam a uma religiosidade externa. Reconhece mesmo que a Igreja Católica não teve um papel dinamizador na sociedade espanhola, antes foi a reboque dos acontecimentos. Sem a protecção estatal, ao contrário do que sucedia no passado, não conseguiu encontrar as armas eficazes para resistir aos movimentos de contestação ao seu poder, ao longo de um século marcado por perturbações políticas e ideológicas. Tais movimentos traduziam-se, num pri-

meiro momento, essencialmente no combate às congregações religiosas – com a desamortização dos seus bens -, assim como no enfraquecer da protecção do Estado (que, entre outras falhas apontadas pelos prelados, não combatia um alegado desregramento nos costumes); num segundo momento, as lamentações alargam-se perante a propagação de outras correntes religiosas (que diligenciavam captar os seus fiéis infringindo o anterior monopólio católico) e frente ao crescer do positivismo, da maçonaria, do krausismo, ao avanço do socialismo e do anarquismo... O processo de rompimento entre Estado / Sociedade e Igreja não acontece de forma homogénea ao longo do século. Os grandes cumes na separação (frequentemente mencionados nos relatórios) são a ocupação francesa (1808-1814) com a guerra da independência (acontecimentos que provocaram em muitos locais a desorganização da vida religiosa); o triénio liberal de 1820 a 1823; a I guerra carlista (1834-1839), com surtos de violência extrema, evidenciada no assassinio de frades e na destruição de conventos; o período subsequente à revolução de 1868 integrando a experiência republicana de 1873 a 1874, conhecido como o *Sexénio Revolucionário* em que a nova constituição reconhecia a liberdade de culto. Enredadas nos conflitos, as guerras carlistas – que, durante décadas, flagelaram Espanha -, iam alimentando clivagens e, no sector mais tradicionalista, a esperança na vitória antiliberal. Numerosos bispos comprometeram-se com esta causa que, a seus olhos, favoreceria os interesses da Igreja, o que inflamava, sobretudo nas regiões mais permeáveis às novas ideias, a hostilidade para com aquela instituição.

Entre estes períodos de maior virulência os ânimos acalmavam um tanto e alguns bispos, aparentemente, recobravam alento, esperançados num regresso aos “bons velhos tempos”. Isto parece claro a partir de 1845 e, mais tarde, na sequência da restauração borbónica, não obstante as recriminações contra a constituição de 1876 que, embora definindo que a religião católica era a religião do Estado, determinava que ninguém poderia ser incomodado pelas suas crenças, conquanto só aos católicos fossem consentidas manifestações de culto públicas.

Os relatórios episcopais permitem sentir, para lá do desânimo ou da esperança, o conservadorismo da grande maioria que persiste na defesa do princípio de que o poder de Deus se sobrepõe ao poder político e que este tem, acima de tudo, o dever de proteger a Igreja Católica. Daí que sejam comuns as recriminações à liberdade, na medida em que tolerava as ideias estrangeiras susceptíveis de corromper os *sãos* costumes tradicionais. Em alguns relatórios, respeitantes às primeiras décadas, sente-se a nostalgia pelos tempos da Inquisição que exercia vigilância sobre as doutrinas e os costumes, bem como a ingénua ilusão de quem pensa travar os rumos da modernidade. São olhares subjectivos, por vezes optimistas, por vezes pessimistas, por vezes com interpretações contraditórias em relação ao parecer do prelado imediatamente anterior. Como o autor adverte,

não se pretende mostrar a visão de toda a Igreja, apenas as opiniões dos bispos. Aliás, não se pode afirmar que existisse coesão no seio do clero espanhol, pois numerosos padres (até mesmo bispos) conseguiram conviver harmoniosamente com governantes mais *progressistas*. O clero estava sulcado por divergências, desde os liberais aos conservadores que, por sua vez, tinham atitudes mais ou menos intransigentes na sua avaliação do mundo moderno.

Ao percorrer as páginas deste livro, em inúmeras ocasiões tive a sensação de me encontrar “em casa”, tantas as similitudes entre espanhóis e portugueses, quer nas lamentações volvidas ao poder central pelos responsáveis católicos, quer nos recursos usados ou sugeridos para tentar travar o movimento de emancipação do Estado e da sociedade em relação à alçada religiosa. Nos anos trinta os dois países ibéricos são rasgados por guerras civis que ameaçam o poder da Igreja Católica. De um e de outro lado da fronteira, carlistas e miguelistas sentiam que a causa era comum e, mesmo depois de assinada a paz (1834 no caso português) continuavam a unir esforços, ignorando limites fronteiriços. Os eclesiásticos (portugueses ou espanhóis) tinham um papel activo incentivando os combatentes quando não participavam de forma directa. Dada a proximidade entre esses povos de fronteira, haveria certamente trocas de opiniões, influências nos modos de pensar, que seria interessante conhecer. (Por exemplo, num relatório dos primeiros anos do século XIX o bispo de Ciudad Rodrigo julgou dever explicar que, por sua actuação vigilante, conseguira extirpar as doutrinas jansenistas chegadas à diocese através do oratoriano português António Pereira. Mas, para épocas seguintes os resumos dos relatórios nada adiantam, embora se refira, em casos muito pontuais, a procura de refúgio em território português de prelados que se sentiam inseguros em Espanha).

Tendo embora em conta a subjectividade das avaliações dos prelados, é compreensível que as cidades fossem mais permeáveis às novas ideologias do que os povos mais isolados; do mesmo modo, as cidades portuárias, com estrangeiros instalados ou simplesmente de passagem, estavam mais sujeitas a influências externas do que as do interior.

Contudo, apesar dos embates, apesar da idealização do passado e dos lamentos dos bispos perante o avanço das novas ideias, na primeira metade do século a maior parte dos críticos da Igreja não pretende prescindir da Igreja Católica (o que aconteceu igualmente em Portugal). A importância do catolicismo na sociedade e, mesmo o carácter confessional do Estado, mereciam consenso. Menos consensual era a avaliação em torno da atitude da Igreja, ao pretender manter prerrogativas que facultavam o domínio das consciências, através do ensino e da censura a livros e jornais.

O suceder dos anos e das gerações carreará novos problemas para os líderes católicos. Se, nas primeiras décadas, as queixas incidem em grande parte na perda dos privilégios mais visíveis, porque envolviam o lado material, numa fase poste-

rior deparamos com atentados à sua função espiritual. O protestantismo (mais tarde o espiritismo), o positivismo, a maçonaria, o socialismo e o anarquismo – com novas leituras do mundo e da vida, com promessas de amanhã risonhos – exigiam a procura de novas soluções. Embora os remédios apresentados fossem variando, o cuidado com o maior esplendor nas cerimónias cultuais (visando mais a emoção do que a razão), é comum às diversas épocas. Para lá da grandiosidade nas festas religiosas, as missões populares e a publicação de pastorais diligenciam proporcionar aos fiéis uma fé mais interiorizada e consciente; cresce a atenção quanto à imprensa católica, incrementam-se os exercícios espirituais, nascem novas associações religiosas (Apostolado da Oração, Filhas de Maria ...). Contudo, através dos textos constata-se que os bispos acreditavam pouco no seu poder de convencer, cientes de que, sem o auxílio do Estado, disposto a castigar os recalcitrantes, os resultados seriam diminutos. A partir dos meados do século, quando o incremento industrial conduziu ao aumento das migrações do campo para a cidade, numerosos prelados foram actualizando os discursos, interessando-se por projectos de natureza social. Implementaram associações de socorros mútuos, bancos agrícolas, escolas dominicais e nocturnas para operários e operárias. Isto ainda antes da publicação da célebre *Rerum Novarum*.

Estamos em presença de disposições que nada têm a ver com a tão celebrada tríade da Revolução Francesa (liberdade, igualdade e fraternidade), antes insistem no valor da caridade cristã como solução para o problema social, o que é bem visível, por exemplo, na *Sociedade dos amigos dos operários, destinada à instrução e auxílio dos operários pobres*, em Barcelona. Nas associações desta natureza os católicos mais afortunados materialmente eram chamados a desempenhar um relevante papel na elevação espiritual e material dos correligionários dos estratos mais baixos. Tais iniciativas não significam que, ideologicamente, os seus promotores se tenham conformado com o liberalismo. Com alguma frequência verifica-se até que as preocupações com os aspectos sociais partem de bispos intransigentes para com as novas ideias.

Não obstante o tom negativista de muitos relatórios, típico de quem tem uma visão pessimista dos homens, aparentemente não haveria motivos sérios para preocupações. De um modo geral, mesmo no virar do século XIX para o século XX, são numerosos os relatos que mostram populações fortemente marcadas por um catolicismo muito arreigado (embora possamos questionar a profundidade desse catolicismo). Tal realidade revela a força da resistência aos argumentos dos que apostavam na secularização da sociedade – ou talvez melhor, na descristianização -, imprescindível, a seus olhos, para que o país alcançasse a modernidade. Essa resistência é susceptível de conduzir, no outro lado da fronteira ideológica, ao exacerbar de um anticatolicismo militantemente extremista, passível de atingir altos níveis de violência.

Assim, à luz do conhecimento proporcionado por diversos episódios da história do século XX, o livro de Antonio Moliner Prada pode ajudar a entender o entrosamento da questão religiosa com a questão social – tão importante na história das mentalidades – nas diversas regiões de Espanha e, mesmo, em todo o espaço peninsular.

MARIA LÚCIA DE BRITO MOURA

CEHR/UCP
eumariluc@gmail.com